

# Projeto Territórios vivos

## Territorialidade, Tradição & Tecnologia

### Desafios atuais

No Brasil, existem 28 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), reconhecidos pela legislação, a exemplo dos povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e comunidades agroextrativistas. Apesar de seu papel fundamental e histórico na conservação da sociobiodiversidade, a contribuição dos PCTs para o alcance de objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 não ganha centralidade do debate público, inclusive no que diz respeito à importância do papel de lideranças femininas no desenvolvimento local e na qualidade de vida dos PCTs.

Entre os desafios dos PCTs, assume grande relevância o status fundiário dos diferentes territórios, que varia ao longo do país. Alguns grupos têm territórios reconhecidos por lei, com status de proteção territorial e direito de participação na administração. Outros têm direito de acesso e uso das florestas e recursos naturais. Entretanto, um número muito maior e desconhecido de PCTs não está cadastrado e/ou não tem nenhuma garantia em relação ao direito de posse ou uso da terra. Muitos processos de regularização fundiária estão pendentes nos órgãos responsáveis.

A insuficiência de dados atualizados, confiáveis e diferenciados – abordando a ocupação dos territórios tradicionais, os aspectos culturais e a contribuição dos PCTs para o desenvolvimento sustentável, entre outros temas – é uma das razões para a dificuldade de concretizar reivindicações e de atuação efetiva do Estado na promoção dos direitos de povos e comunidades tradicionais. Em razão disso, desde o ano de 2018, o Ministério Público Federal (MPF) – pela 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR), com o apoio tecnológico da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA) – e o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) estão desenvolvendo uma ferramenta digital denominada “Plataforma de Territórios Tradicionais”, que deve ser consolidada, alimentada e usada pelos próprios PCTs, cujas informações são disponibilizadas, em níveis adequados de acesso, ao MPF, diversos órgãos públicos,

Nome oficial do projeto	Agenda 2030 - contribuição para a implementação do princípio “Não deixar ninguém para trás”
Comissionado pelo	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ, sigla em alemão)
País e regiões	Brasil: Regiões pilotos Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul
Agência executora	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH—Alemanha
Instituição executora - Brasil	Ministério Público Federal (MPF)
Volume	4 milhões de euros
Duração	02/2021 – 01/2024

organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e público em geral.

### Objetivo

O Projeto tem como objetivo consolidar a Plataforma de Territórios Tradicionais desenvolvida pelo MPF, fortalecendo e engajando os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) no posicionamento para a realização dos seus direitos humanos e das metas de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, em articulação com outras instituições brasileiras com responsabilidades e atuação em matéria de direitos humanos.

### Nossa Abordagem

As atividades do projeto são executadas tanto em nível local como nacional. O projeto é implementado em Brasília, sede nacional do MPF, e em três regiões piloto: Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, definidas em conjunto pelo MPF/6ª. CCR e CNPCT. Em nível nacional, o MPF e CNPCT promovem o desenvolvimento tecnológico da Plataforma e desenvolvem suas capacidades para a gestão eficaz e o uso da plataforma como iniciativa multiatores. Em



nível local, as organizações, lideranças e representantes de PCTs são apoiados/as no uso da Plataforma e fortalecidas para articulação estratégica. A base de sua concepção e implementação é o princípio “Não deixar ninguém para trás” da Agenda 2030 e aplica uma abordagem sensível para promoção da igualdade entre homens e mulheres.

### Campos de ação—atividades

- Desenvolvimento de tecnologia e de conteúdo da plataforma georreferenciada: O projeto apoia o MPF no desenvolvimento de uma plataforma com acesso seguro e responsivo para inserção de dados pelos PCTs a respeito de seus territórios e cultura. Para isso, implementa ações para fortalecimento da gestão participativa da plataforma. O projeto constrói em conjunto com o MPF e CNPCT processos e fluxos de inserção e validação de informações no sistema, garantindo a credibilidade da plataforma junto às comunidades e instituições públicas, e tudo isso de forma integrada com a principal ferramenta de geoprocessamento do MPF, o GeoRadar, e outras plataformas internas e externas. Mediante a contratação de apoio tecnológico, são feitas análises e mudanças para que a estrutura da plataforma permita dar visibilidade a boas práticas dos PCTs relacionadas à Agenda 2030, seguindo as boas práticas de inovação e transformação digital.
- Desenvolvimento e multiplicação de conhecimentos sobre a plataforma: mediadores/as da sociedade civil, do mundo acadêmico e de pesquisa e das instituições públicas são capacitados/as na utilização da plataforma e no levantamento de novos dados georreferenciados para alimentar a plataforma. O projeto assessoria o MPF na elaboração de treinamentos para que membros (procuradoras/es) e o corpo técnico do MPF estejam habilitados usar e a promover o uso da plataforma para a prevenção e resolução de conflitos territoriais. Também são fomentadas trocas de aprendizados e experiências sobre o uso, a alimentação e a gestão compartilhada da plataforma.
- Desenvolvimento de organizações e competências: lideranças comunitárias e representantes de PCTs participam de treinamentos sobre a plataforma e se engajam no seu uso e aperfeiçoamento. As associações de povos e comunidades tradicionais nas regiões pilotos são apoiadas para melhorar a articulação dos seus interesses

usando de forma estratégica a plataforma. Esse uso conduzirá também a uma consolidação das organizações e à promoção de sinergias entre os vários segmentos de PCTs e ao fortalecimento de sua representatividade nos conselhos nacionais e estaduais.

- Governança sustentável e comunicação: o projeto promove o desenvolvimento de competências e metodologias para a gestão compartilhada da plataforma. Para isso, o projeto apoia com a estratégia de inovação e comunicação, com abordagens para sustentabilidade financeira e para gestão de conhecimentos da plataforma. São mapeados potenciais de utilização da plataforma em políticas públicas, de forma que PCTs validem e reconheçam sua importância para defesa de seus direitos humanos e territoriais. Com isso, o MPF e o CNPCT fomentam uma gestão efetiva, inovadora, colaborativa e sustentável da plataforma.

### Resultados esperados

Por meio do desenvolvimento conjunto de uma plataforma georreferenciada, segura e acessível, com informações dos PCTs, das estruturas fundiárias e de uso da terra dos territórios, cria-se uma base importante para o conhecimento, reconhecimento e fortalecimento de seus direitos, no que tange à implementação de políticas nacionais e da Agenda 2030.

A plataforma fortalece a capacidade dos PCTs e consolida a função do MPF de reivindicar políticas estatais para protegê-los, subsidiando a atuação de membros do Ministério Público, além de apoiar a atuação de órgãos responsáveis por políticas públicas relacionadas a PCTs. Também é uma ferramenta que promove o desenvolvimento organizacional dos PCTs e lhes apoia na articulação de suas demandas e reivindicações por direitos, mostrando também sua contribuição para a implementação da Agenda 2030, sobretudo seu princípio “Não deixar ninguém para trás”, solidificando as boas práticas de inovação e transformação digital em favor dos PCTs.



<p>Editor</p> <p>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Sede da GIZ: Bonn e Eschborn</p> <p>GIZ Agência Brasília SCN Quadra 01 Bloco C Sala 903 Ed. Brasília Trade Center 70711-902 Brasília/DF – Brasil T +55 61 2101-2170 giz-brasilien@giz.de</p> <p><a href="http://www.giz.de/brasil">www.giz.de/brasil</a></p> <p>Responsável</p> <p>Friederike Brinkmeier</p> <p>Data</p> <p>Novembro de 2021</p>	<p>Parceiros</p> <p>Ministério Público Federal (MPF)</p> <p>Por encargo do</p> <p>Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha</p> <p>Endereços</p> <p>BMZ Bonn Dahlmannstraße 4 53113 Bonn, Deutschland T +49 (0)228 99 535-0 F +49 (0)228 99 535-3500</p> <p>poststelle@bmz.bund.de www.bmz.de</p> <p>BMZ Berlin Stresemannstraße 94 10963 Berlin, Deutschland T +49 (0)30 18 535-0 F +49 (0)3018 53501</p>
--	--